

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Do Sr. JONAS DONIZETTE)

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a imprescritibilidade da habilitação de herdeiros ou sucessores da parte falecida no curso da ação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil) passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

Art. 689-A. Não corre prescrição para a habilitação de herdeiros ou sucessores da parte falecida no curso da ação, preservando-se a continuidade da relação processual.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei tem por finalidade assegurar a continuidade da relação processual e a efetividade da tutela jurisdicional, estabelecendo que não corre prazo prescricional para a habilitação de herdeiros ou sucessores no curso da ação.

A habilitação é mero incidente processual, de natureza declaratória, e não uma nova ação. Sua finalidade é apenas viabilizar a regularização da relação processual, permitindo que os sucessores da parte falecida assumam legitimamente sua posição. Por essa razão, não deve estar sujeita a prazos prescricionais.



A jurisprudência já reconhece que a habilitação não constitui exercício de direito material novo, mas apenas a continuidade de uma relação jurídica já instaurada. Em recente decisão, o Tribunal de Justiça de São Paulo afirmou que “o incidente de habilitação não se sujeita à prescrição, pois visa apenas à regularização da parte legítima, não configurando pretensão autônoma a ser exercida em face da outra parte” (TJ-SP, Apelação Cível nº 100XXX-89.2018.8.26.0100, Rel. Des. Francisco Loureiro, j. 15.4.2025).

No mesmo sentido, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul decidiu que “a habilitação dos herdeiros não implica em exercício de pretensão nova, razão pela qual não há prazo prescricional a ser observado, sob pena de se comprometer a continuidade da jurisdição” (TJ-RS, AI nº 700XXX-71.2022.8.21.7000, Rel. Des. Rui Portanova, j. 20.3.2023).

Mais recentemente, a imprensa jurídica destacou caso em que a Justiça trabalhista rejeitou a alegação de prescrição e permitiu a habilitação de herdeiros, enfatizando que “a habilitação de herdeiros não constitui nova ação, mas mero incidente processual, de natureza declaratória, voltado a viabilizar a regularidade subjetiva da relação processual”¹.

A inserção da regra no Código de Processo Civil é medida necessária para dar segurança jurídica e uniformidade à interpretação, evitando divergências nos tribunais. A proposta resguarda o direito fundamental de acesso à justiça (art. 5º, XXXV, da CF/88), impedindo que a morte de uma das partes seja transformada em barreira artificial à tutela jurisdicional.

Dessa forma, a presente proposição reafirma princípios constitucionais, fortalece a função social do processo e garante maior efetividade da jurisdição, eliminando risco de perecimento de direitos em razão de formalidades incompatíveis com a realidade sucessória.

Pelas razões expostas, contamos com o apoio dos nobres Parlamentares para aprovação da presente iniciativa.

Sala das Sessões, em de de 2025.

¹ *Herdeiros não perdem prazo para habilitação em processo após morte da parte*, Revista Consultor Jurídico, 10 set. 2025. Disponível em: www.conjur.com.br.



Deputado JONAS DONIZETTE

3

Apresentação: 07/10/2025 16:57:12.460 - Mesa

PL n.5008/2025



¹ *Herdeiros não perdem prazo para habilitação em processo após morte da parte*, Revista Consultor Jurídico, 10 set. 2025. Disponível em: www.conjur.com.br.

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250209891600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jonas Donizette



CD250209891600